

A sombra da Segunda Guerra Mundial sobre o Rio Grande do Sul

René E. Gertz

A Segunda Guerra Mundial teve consequências profundas sobre a sociedade gaúcha em vários sentidos, mas aqui interessam os efeitos do tratamento dado por autoridades a algumas “etnias”, durante o conflito, e seu reflexo sobre as relações entre os vários grupos que compõem a população do estado. Fortemente marcado pelo processo de colonização com imigrantes de origem centro-europeia e seus descendentes, a declaração de guerra à Alemanha e à Itália, em 1942, afetou de forma negativa as relações entre autoridades, em diferentes níveis, e os habitantes originários desses dois países, clima que, em muitos casos, se transferiu também para as relações não mediadas pelo Estado entre grupos sociais de diferentes origens étnicas e religiosas. Esse clima se deteriorou a partir da “campanha de nacionalização” desencadeada contra aqueles que eram considerados “estrangeiros”, “alienígenas”, na melhor das hipóteses, ou mesmo “quistos étnicos”, isto é, “cânceres étnicos”, na pior das hipóteses.

Essa campanha iniciara em 1938, visando as escolas classificadas de “estrangeiras” – na verdade escolas comunitárias nas regiões de colonização centro-europeia –, mas acabou se estendendo ao conjunto dos cidadãos de origem alemã e italiana, à medida que a guerra se desenvolvia na Europa, atingindo seu auge após o envolvimento direto do Brasil, a partir de 1942. Nesta segunda fase, a ação governamental não se restringiu mais ao sistema escolar, mas a toda a vida pública e privada dos referidos cidadãos, com a interferência não apenas em assuntos culturais (proibição das línguas estrangeiras), mas até em assuntos religiosos (restrições a cultos protestantes e católicos em uma língua que não fosse o português). As medidas estatais, em muitos casos, incentivaram indivíduos ou grupos a desencadear suas próprias ações “nacionalizadoras”, pessoais, privadas, muitas vezes exclusivamente persecutórias. Tudo isso levou a que, ao final da guerra, se tivesse generalizado um clima de suspeição e de ódio recíprocos, de caráter étnico e religioso.

Todos os “súditos do Eixo” (Alemanha, Itália e Japão) sofreram os efeitos dessa situação, mas houve diferenças de tratamento de grupo para grupo, ou, ainda, diferenças de região para região, dependendo das autoridades locais ou regionais, e do

potencial conflitivo pré-existente dentro das próprias comunidades.¹ O fato de que no Rio Grande do Sul vivessem pouquíssimos japoneses (ou descendentes)² não evitou que também eles fossem apontados como perigosos, tendo alguns deles sido presos e internados no famigerado campo de internamento denominado Colônia Penal Daltró Filho.³ Mas não há dúvida de que os cidadãos vindos da Alemanha e da Itália e seus descendentes constituíram o foco central das preocupações e das ações de agentes de Estado e da opinião pública. E entre ambos, os primeiros, por sua vez, foram encarados com muito maior preocupação que os segundos.

Em relação a alemães e descendentes existia uma prevenção que vinha de longa data, e derivava de um leque de considerações. Eles, supostamente, vinham resistindo, desde o início da imigração no século XIX, à integração política e cultural na realidade brasileira, conservando sua cultura originária e suas ligações afetivas e efetivas com o país de origem. Isso os teria transformado em prováveis colaboradores de uma eventual ambição territorial imperialista da Alemanha em relação ao sul do Brasil. Com a ascensão do nazismo na Alemanha, esse perigo se teria potencializado. O fato de que o partido nazista tivesse filiados no Rio Grande do Sul, e ocorressem manifestações de simpatia em relação ao regime de Hitler, mais o fato de que a Ação Integralista Brasileira registrasse algum sucesso entre brasileiros de descendência alemã – ainda que esse sucesso fosse numericamente maior entre descendentes de italianos e, absolutamente, não estivesse ausente entre as assim chamadas populações “tipicamente gaúchas” – fez com que os mais atingidos pela repressão “nacionalizadora” fossem alemães e descendentes.

Em resumo, os efeitos do nazismo e da guerra tinham atingido de forma mais incisiva esse setor da população, e isso fez com que a cicatrização das feridas abertas durante o período só pudesse vir a ocorrer aos poucos, ao longo de anos. E é a respeito desse tema, durante a primeira década do pós-guerra, que versam as páginas que seguem.⁴

¹ Para um resumo sobre a “campanha de nacionalização” cf. GERTZ, René E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Editora da UPF, 2005, p. 144-177.

² Apesar disso, é sintomático o fato de que o mais conhecido livro sobre o “perigo japonês” da época tenha sido escrito por um gaúcho: MORAES, Carlos de Souza. *A ofensiva japonesa no Brasil*. Porto Alegre: Globo, 1942. A primeira edição é de 1937.

³ A respeito desse campo de internamento – em que estiveram presos membros dos três grupos citados –, cf. PERAZZO, Priscila Ferreira. *Prisioneiros da guerra: os “súditos do Eixo” nos campos de concentração brasileiros (1942-1945)*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/FAPESP, 2009, p. 173-174 e *passim*.

⁴ Sobre os acontecimentos de 1933 a 1945 envolvendo alemães e descendentes, sua relação com a Alemanha, o nazismo e o integralismo, mais a forma em que eram

Grosso modo, serão apresentados alguns poucos episódios que se desenrolaram de 1945 a 1953, e que constituem reflexo evidente das situações vividas ao longo do conflito mundial. O objetivo básico é mostrar que, por um lado, se desenrolou um complexo jogo entre os atores que foram responsáveis pela “nacionalização”, com seus efeitos negativos sobre alemães e descendentes, tentando justificar seus atos e evitar uma responsabilização; por outro lado, setores da população atingida buscaram recuperar sua autoestima, seus direitos de cidadania, na “pior” das hipóteses, e clamaram pela punição de seus perseguidores, ao tempo da guerra, na “melhor” das hipóteses. O quadro que se apresenta aqui não é unitário, monolítico – não se trata de uma narração “densa” e geral sobre esse período de cerca de oito anos. Isso se deve ao caráter lacunar das fontes, mas também ao fato de que a própria realidade é multifacetada, de maneira que a pesquisa, certamente, ainda precisa avançar muito antes de chegar a uma interpretação integrada e coerente dos fatos, a uma síntese.

O CAMPO RELIGIOSO

Não há dúvida de que dentro do grupo de alemães e descendentes havia uma parcela especialmente visada pela campanha de “nacionalização” – trata-se dos luteranos. Eles estavam congregados em dois sínodos, o Sínodo Rio-Grandense e o Sínodo Missouri. Os pastores do primeiro eram quase todos alemães, além de a própria instituição manter vínculos estreitos com a Igreja Evangélica Alemã, que incluía ajuda financeira. Mesmo que o Sínodo Missouri mantivesse uma vinculação semelhante com seu homônimo dos Estados Unidos, e os pastores fossem, com muita frequência, americanos, e, ainda, que essa instituição costumasse negar qualquer comprometimento com o cultivo do “germanismo”, isto é, com a ideologia que defendia a preservação das características étnico-culturais (como acontecia com o outro sínodo), na realidade concreta, também seus membros eram predominantemente de origem alemã, fato do qual derivava, por exemplo, a igualmente ampla utilização do alemão como língua de

encarados e tratados por autoridades, cf. GERTZ, René E. *O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987; GERTZ, René E. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Editora da Universidade-UFRGS, 1991. Especificamente a respeito do nazismo no Rio Grande do Sul, veja o trabalho recente de LUCAS, Tais Campelo. *Nazismo d'além mar: conflitos e esquecimento (Rio Grande do Sul, Brasil)*. Porto Alegre: Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

doutrinação e de culto. Isso fez com que as autoridades, muitas vezes, jogassem os dois grupos de luteranos na vala comum de “estrangeiros”, que estariam representando um enorme perigo para o país, dando-lhes o tratamento correspondente.⁵

Numericamente superior em filiados, as considerações que seguem se referem ao primeiro dos dois sínodos. Com suas atividades extremamente restritas, durante a guerra, o Sínodo Rio-grandense tentou rearticular-se quase imediatamente após o encerramento das hostilidades na Europa. Dentro desse esforço de rearticulação, realizou de 9 a 11 de setembro de 1945 seu primeiro concílio regional pós-conflito, no qual o pastor Ernesto Jost observou que “se algum bem resultou destes dias de privações [durante a guerra], foi o despertar da nossa consciência evangélica e da compreensão de que a Igreja não é apenas uma questão dos pastores, mas sim a causa comum de todas as comunidades, de cada um dos membros”.⁶ Isso significava uma conclamação para que o conjunto dos membros do sínodo passasse a lutar pelos direitos agredidos durante a guerra.

Desde a década de 1930, a maior liderança do sínodo era o pastor Hermann Dohms. Segundo o historiador Martin Dreher, após a guerra, Dohms teria sido “convencido por lideranças leigas da necessidade de participação luterana ativa a nível estadual e federal”, no processo eleitoral que estava por vir. Um auxiliar seu teria viajado pelo interior, para convocar os membros das comunidades a votar em candidatos luteranos. O esforço desenvolvido teria surtido efeito, a ponto de, nas eleições legislativas de 1947, dos 55 deputados estaduais gaúchos, sete terem sido luteranos (Guilherme Hildebrand, Nestor Jost, Egydio Michaelsen, Reinaldo Roesch, Frederico Guilherme Schmidt, Bruno Born, Helmuth Closs).

⁵ Sobre o Sínodo Rio-grandense, nesse contexto, cf. DREHER, Martin N. “O Estado Novo e a Igreja Evangélica Luterana”. In: MÜLLER, Telmo Lauro (org.). *Nacionalização e imigração alemã*. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 1994, p. 87-110. Para o contexto mais amplo, cf. DREHER, Martin N. *Igreja e germanidade*. São Leopoldo: Sinodal, 2003, p. 114-154; e PRIEN, Hans-Jürgen. *Formação da Igreja Evangélica no Brasil*: das comunidades teuto-evangélicas de imigrantes até a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Petrópolis/São Leopoldo: Vozes/Editora Sinodal, 2001, p. 422-465. Em relação ao Sínodo Missouri, veja MARLOW, Sérgio Luiz. *Confessionalidade a toda prova*: o Sínodo Evangélico Luterano do Brasil e a questão do germanismo e do nacional-socialismo alemão durante o governo de Getúlio Vargas no Brasil. São Paulo: USP, 2013 (tese de doutorado em História). Entrementes, esses sínodos fundiram-se com os de outros estados brasileiros, formando duas igrejas nacionais brasileiras, respectivamente, Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil e Igreja Evangélica Luterana do Brasil.

⁶ BEHS, Edelberto. *O processo de abrasileiramento da “igreja dos alemães”*. Florianópolis: UFSC, 2001 (dissertação de mestrado em História), p. 104.

O autor errou, no final do parágrafo, ao afirmar que “um luterano é eleito deputado federal, Germano Dockhorn, pela legenda do PTB”. Dockhorn, de fato, era luterano militante, mas, nessa época, ainda estava envolvido na política da região de Santa Rosa, tendo atuado como vice-prefeito do município, de 1947 a 1950, quando então, sim, elegeu-se deputado federal, junto com o até então deputado estadual Nestor Jost. Referente a essa eleição de 1950, Dreher informa que os luteranos na Assembleia Estadual se reduziram a cinco (Romeu Scheibe, Siegfried Immanuel Heuser, Alfredo Leandro Carlson, mais os citados Closs e Schmidt).⁷ Em 1954, o número dos representantes luteranos no parlamento estadual gaúcho reduziu-se a três, situação que se repetiu em 1958 e 1962. Neste último ano, o luterano Egydio Michaelsen concorreu ao governo do estado, mas não foi eleito. Numa frase final, o autor sugere que os luteranos teriam avançado na ocupação de cargos políticos nas prefeituras e nas câmaras de vereadores, sem citar dados concretos.⁸

Esses fatos denotam uma tentativa de articulação para organizar *lobbies* junto às instâncias estatais, para reverter os efeitos dos confrontos, nos anos anteriores. Em uma carta-circular de 21 de novembro de 1945, enviada pela direção do Sínodo Rio-grandense aos membros das comunidades, foi transcrito um texto encimado pela seguinte observação: “Recomendamos à consideração das Comunidades Evangélicas as seguintes *Anotações Históricas*, que bem elucidam como a nossa Igreja sempre se empenhou em manter, com o Estado, relações de apoio moral mútuo”. O texto localizava as origens do sínodo em São Leopoldo, a partir de 1824, destacando que, naquele período inicial, se assegurava “aos imigrantes em seus contratos, expressamente, plena liberdade de crença”, que essa liberdade foi garantida pelo império, e, até 1846, “não somente o Estado permitiu o trabalho eclesiástico dos pastores e o livre exercício do culto evangélico-luterano, como também prestou o seu decidido apoio a esse trabalho”. Depois, teria sido retirado o apoio financeiro, gerando

⁷ Cabe destacar que Scheibe efetivamente era luterano, mas ligado ao Sínodo Missouri, não ao Sínodo Rio-Grandense.

⁸ DREHER, Martin N. Luteranismo e participação política. In: DREHER, Martin N. (org.). *Reflexões em torno de Lutero* (vol. II). São Leopoldo: Editora Sinodal, 1984, p. 131. Ao todo, foram eleitos, em 1947, 17 deputados de sobrenome alemão para a Assembleia Legislativa gaúcha. ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969, p. 740. Essa presença desencadeou muitas discussões sobre os acontecimentos do período da guerra, no parlamento regional, mas essas discussões não serão tematizadas aqui. Uma análise do peso eleitoral da “colônia alemã” nas eleições de 1945 a 1954 pode ser vista em ROCHE, *loc. cit.*, p. 737-747.

uma deterioração no atendimento religioso à população, fato que explicaria o surgimento da “tragédia dos *Mucker*”.⁹

Com a proclamação da República, teria vindo a total separação de Igreja e Estado, a qual – se, por um lado, foi positiva – teve efeitos negativos, pois as entidades eclesiásticas foram equiparadas a “sociedades com fins meramente seculares”, com que a separação não foi apenas administrativa e material, “mas também quanto à parte moral e espiritual, o que é deplorável”. Após a Revolução de 1930, o sínodo teria se pronunciado claramente a favor da absoluta liberdade religiosa, para garantir a tradição de tolerância, no Brasil. “De outro lado, *considerou ser uma vital necessidade a colaboração leal, em assuntos de interesse moral e social, entre a Igreja e o Estado*”. Na constituinte de 1934, teria sido pleiteado “o reconhecimento das Igrejas como corporações de direito público”, mas a sugestão não foi aceita. Os problemas sociais e morais continuariam prementes, agora, em 1945, motivo pelo qual a Igreja Evangélica, isto é, o Sínodo Rio-grandense, continuaria oferecendo sua colaboração ao Estado brasileiro, na tentativa de solucioná-los.¹⁰

As “anotações históricas” tiveram sequência numa outra carta circular, de 30 de abril de 1946: “O cidadão brasileiro membro da igreja evangélico-luterana, em nosso estado, quando propaga a liberdade de consciência, não se encontra na posição de agressor, mas sim é representante legítimo da verdadeira liberdade, seja qual for o partido a que pertença, e há de preservar, além de sua herança religiosa, a herança política de seu estado. De nenhum modo, o crente evangélico, fora ou dentro dos partidos políticos, na comunhão nacional, tem que considerar-se intruso, segundo quer a declaração do episcopado brasileiro, de 1890, que fala em ‘seitas heterodoxas, que a aluvião recente de imigração europeia tem trazido às nossas plagas’”.

Uma quarta carta-circular preservada data de 15 de agosto de 1946. Ela foi dedicada a um evento muito importante, a primeira assembleia geral do sínodo após a guerra. Além das informações sobre aspectos internos à instituição, houve duas moções que se referiam ao relacionamento com o Estado brasileiro. Numa, “a Assembleia Geral do Sínodo incumbe e autoriza a Diretoria do Sínodo a entrar em contato com os meios oficiais competentes para

⁹ *Mucker* foi a denominação para um grupo religioso em torno do qual se desencadeou um conflito, entre o final dos anos 1860 e 1874, quando ele foi militarmente debelado. No contexto da Segunda Guerra Mundial, esse episódio foi rememorado com alguma frequência, como prova do caráter fanático dos “alemães”, em especial dos protestantes.

¹⁰ Os documentos encontram-se no Arquivo Histórico da IECLB, Faculdades EST, São Leopoldo, pasta FS/IECLB, 100/4.

conseguir o consentimento dos mesmos com uma pregação da palavra divina nos cultos e nos ofícios da Igreja compreensível a todos os seus membros”. Isso mostra que mais de um ano após o final da guerra, as restrições impostas durante a mesma, naquilo que tange ao uso da língua alemã, ainda não haviam sido revogadas. E a outra moção foi uma declaração de princípios, pela qual “o Sínodo, em face dos atuais perigos que ameaçam a estrutura cristã de Estado e Povo, apoia o Estado do Direito, que unicamente pode garantir a liberdade da palavra e da consciência, e os direitos da personalidade humana”.

As relações entre o sínodo e o Estado brasileiro, aparentemente, foram discutidas com certa intensidade entre a elite eclesiástica, no período. Com a fundação da Escola de Teologia, em 1946, em São Leopoldo, foi criada uma revista intitulada *Estudos Teológicos*. Nos anos de 1948 e 1949, ela publicou, no mínimo, dois artigos sobre as relações entre Igreja e Estado ou política. Um deles é mais breve e abstrato, mais teológico, escrito pelo professor-visitante alemão Erich Fülling, sob o título “Staat, Gesellschaft und Kirche im 20. Jahrhundert” [Estado, Sociedade e Igreja no século XX]. Mas o outro, anterior, provavelmente escrito em 1947, pois publicado numa edição de março-abril de 1948, é extenso (18 páginas), e nada metafísico, pelo contrário, é muito realista. Uma nota da redação explicava que se tratava de um “posicionamento pessoal sobre tema controverso”, o qual “pretende dar uma contribuição para o esclarecimento do tema, e motivar para a formação de uma opinião própria”. O título é “Zum Thema Kirche und Politik” [O tema Igreja e política], e seu autor foi o pastor Rudolf Becker.¹¹

O autor criticou a forma de envolvimento político da Igreja Católica, através da Liga Eleitoral Católica, por exemplo, pois ela obrigaria a uma aceitação exclusiva de partidos e políticos de orientação católica, restringindo opções e obrigando a um compromisso recíproco. “Melhor é apoiar e exercer influência sobre representantes evangélicos de todos os partidos, a fim de que defendam nos parlamentos os interesses evangélicos”. Essa prática não representaria uma solução ideal, pois seria possível notar que militantes partidários católicos se empenham muito mais pela sua igreja, enquanto os evangélicos, muitas vezes, se empenhariam

¹¹ FÜLLING, Erich. “Staat, Gesellschaft und Kirche im 20. Jahrhundert”. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo: EST, n. 2, p. 91-96, 1949. BECKER, R. “Zum Thema Kirche und Politik”. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo: EST, n. 2, p. 41-59, 1948. Em 1951, ainda foi publicado, pela mesma revista, um texto do pastor Gustav Reusch com o título “Que a Igreja, no cumprimento de sua mensagem, tem a dizer ao Estado?” (REUSCH, Gustav. “Was hat die Kirche in Ausrichtung ihrer Botschaft dem Staat zu sagen?”. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo: EST, n. 1, p. 4-19, 1951).

pouco, pois manteriam vínculos frágeis ou até inexistentes com sua igreja. “Mesmo assim, apresenta-se aqui uma possibilidade de ao menos exercer, através de deputados e políticos evangélicos, alguma influência sobre a elaboração das leis do país, e sobre o curso geral da política”. A seguir, esclareceu quais seriam os interesses que os evangélicos luteranos gostariam de ver defendidos: “O interesse básico que nós evangélicos temos em relação à legislação dentro de países católicos é a garantia da liberdade religiosa, não só no texto da Constituição, mas também na prática política” (p. 56-57).

Além dessas tentativas de definição de princípios sobre as relações entre a instituição eclesiástica e seus membros com o Estado brasileiro, há indícios de que se fez um esforço de aproximação pessoal, cotidiana com autoridades. A *Folha Dominical* – um jornal eclesiástico publicado desde o final do século XIX, em língua alemã, mas agora editado em português –, de 21 de setembro de 1947 (p. 1), noticiou a “festa da cumieira” dos edifícios em construção no projeto de ampliação do Colégio Sinodal, em São Leopoldo. Tratando-se não da inauguração, mas apenas da marcação de uma etapa da construção, não deixa de ser significativo que o governador do estado, Walter Jobim, e sua esposa estivessem presentes, além de parte de seu secretariado. “Viam-se ainda diversos deputados, membros das nossas comunidades, e pertencentes a diversas orientações políticas”. Ao meio-dia, foi servido um churrasco, ocasião em que o governador foi saudado pelo advogado Arthur Ebling, um leigo luterano que fora nomeado, em 1931, para um Conselho Consultivo constituído pelo então interventor Flores da Cunha, supostamente para exercer certa representatividade da sociedade gaúcha, enquanto a Assembleia Legislativa esteve fechada, e em 1945/1946 exerceu, por pouco tempo, o cargo de prefeito de São Leopoldo, após a deposição de Vargas. Também falaram o deputado Nestor Jost (luterano) e o secretário Gastão Englert (católico). Na sua fala final, Walter Jobim destacou que era a *segunda* visita que fazia ao Colégio Sinodal. A informação de que a comitiva oficial se retirou somente depois das 16 horas sugere que passou praticamente um dia inteiro no Morro do Espelho, a sede do sinodo.

A mesma *Folha Dominical*, em 16 de novembro de 1947 (p. 1), publicou matéria sobre a inauguração – em 19 de outubro – de uma praça na localidade de Teutônia, “obra de colaboração entre a Comunidade Evangélica ... e a administração municipal”. O pastor Dohms esteve presente, mais o deputado estadual Frederico Guilherme Schmidt, que pronunciou “impressionante discurso” referente “à história da colônia de Teutônia e sua comunidade evangélica, como também às suas futuras tarefas”. Na edição seguinte (23/11/1947, p. 1-2), foi publicado um relato das

comemorações do 60º aniversário do pastor Hermann Dohms, em 3 de novembro, destacando a presença de dois catedráticos da então Universidade de Porto Alegre (UPA), Maximiliano Homrich e Alarich Schultz, ex-alunos do Instituto Pré-Teológico, seminário fundado por Dohms. Também se noticiou que em 6 de novembro Oscar Machado, igualmente catedrático da UPA, havia palestrado na Escola de Teologia. Machado, além de catedrático, era militante da Igreja Metodista e político.

Tudo isso são sinais do esforço para que o Sinodo Rio-grandense e os próprios luteranos a ele filiados deixassem de ser vistos “como ‘marginais’, dentro da sociedade brasileira, como fazíamos antigamente, quando, no interesse da preservação do *caráter alemão* de nossa igreja não mantínhamos nenhum contato com o mundo oficial brasileiro”, como autoavaliou o pastor Rudolf Becker, no citado artigo.¹²

TENTATIVA DE RESPONSABILIZAR AUTORIDADES POLICIAIS

Se, de um lado, se observavam esforços para eliminar causas, reais ou fictícias, que tinham levado aos confrontos durante a guerra, as limitações para uma reversão total da situação em relação aos “súditos do Eixo” podem ser avaliadas à luz de um episódio ocorrido em 1947. Pouco depois da queda de Vargas, em 1945, o *Correio do Povo*, de Porto Alegre, noticiou, em sua edição de 12 de dezembro daquele ano (p. 5), que após a tentativa de descompressão iniciada com a saída de Osvaldo Cordeiro de Farias da interventoria federal no Rio Grande do Sul, em setembro de 1943, e sua substituição por Ernesto Dornelles, Darci Vignoli, o novo chefe estadual de polícia, que substituiu Aurélio da Silva Py¹³, propôs restituir a seus proprietários a grande quantidade de objetos que haviam sido confiscados à população acusada de colaborar com o “Eixo” e de conspirar contra o Brasil. Teria, porém, constatado que muitos deles haviam desaparecido, sem deixar rastro. Terminada a guerra, as reclamações sobre o destino dos objetos começaram a aumentar.

Tendo em vista que com a queda de Vargas, em outubro de 1945, o poder judiciário administrou o estado por algum tempo, o desembargador Homero Batista, que assumiu a chefia de polícia, levou o caso à Secretaria do Interior, e outro desembargador, João

¹² BECKER, *op. cit.*, p. 57.

¹³ Py foi chefe da polícia durante os anos que constituíram o auge da repressão. Sua visão sobre o “perigo nazista” – que justificou as ações repressivas – está registrada em seu livro *A quinta coluna no Brasil* (Porto Alegre: Globo, 1942).

Alves Nogueira, determinou a abertura de um inquérito para apurar responsabilidades no caso. O secretário do interior designou então o delegado Arthur do Prado Sampaio como presidente de uma comissão de inquérito. Faltam pesquisas para saber detalhes daquilo que aconteceu entre dezembro de 1945, quando essas medidas foram anunciadas, e setembro de 1947. Mas neste último mês, o então procurador-geral do estado, João Bonumá, encaminhou um processo que se referia exatamente a esse assunto.

No dia 10 de setembro de 1947, um dos dois mais importantes jornais de Porto Alegre mancheteou em sua contracapa: “Sensacional ‘furo’ do *Diário de Notícias*: fase judiciária do rumoroso caso dos bens dos súditos do Eixo – peculato doloso e culposo”.¹⁴ Em destaque, apareciam os nomes de seis policiais acusados, lista encabeçada pelo ex-chefe de polícia tenente-coronel Aurélio da Silva Py e encerrada pelo inspetor Ernani Baumann. No total, haviam sido denunciados 52 policiais, no processo de investigação iniciado em 1943 e retomado em dezembro de 1945.¹⁵ O então procurador-geral encaminhou a denúncia contra aqueles que haviam sido considerados culpados, na longa investigação, ao Tribunal de Justiça, porque estava envolvido um (ex)chefe de polícia.

O processo constava de 11 volumes, com 12 quilos de peso, baseado em documentos e depoimentos de 158 testemunhas. O teor das acusações estava detalhado ao longo de 74 páginas datilografadas. “Diz a denúncia que a polícia se desmandou e excedeu nas buscas realizadas, apreendendo bens que nenhuma relação tinham com a finalidade das diligências, tais como objetos de arte, máquinas de escrever, máquinas fotográficas, livros científicos, coleções de selos, rádios, e até joias e dinheiro, cujo destino foi desviado, em benefício próprio dos denunciados e a terceiros” (DN, 10/9/1947, p. 7). No detalhamento dos acontecimentos, dizia-se que “as buscas eram feitas desordenadamente, sendo que no período de maior intensidade, ocorrido no ano de 1942, chegaram a ser praticadas durante dias e noites consecutivos”. Dentre as apreensões de livros, “merece destaque a referente a um trabalho científico de grande valia e interesse cultural, estudo esse acompanhado de aproximadamente trezentas aquarelas, as quais teriam sido inutilizadas ou extraviadas”. O espírito com que os objetos, muitas vezes, eram

¹⁴ Como as informações desta parte do texto provêm dos jornais *Diário de Notícias* e *Correio do Povo*, a indicação da fonte ocorrerá dentro do texto, através das siglas “DN” e “CP”, respectivamente, mais a indicação da data e da página.

¹⁵ Curioso é que na lista constam, no mínimo, 13 sobrenomes alemães (com destaque especial, na memória sobre o período da guerra, para Teobaldo Neumann e Ernani Baumann).

recolhidos transparece numa carta de justificação escrita ao jornal por um dos acusados, o delegado Rui Casado. Ele assumiu o delito “de haver quebrado ‘alguns discos’ de vitrola, em língua alemã, apreendidos em certa diligência policial”. “Quebrei os discos, nessa hora de vibração, e não quero injuriar a nenhum brasileiro supondo-o insensível à revolta, naquele instante eletrizado de paixões e de fanatismo patriótico” (DN, 12/9/1947, p. 14).

O encaminhamento da denúncia ganhou destaque na imprensa e na opinião pública. O *Diário de Notícias*, que havia lançado a primeira manchete a respeito, informou, seis dias depois: “continua apaixonando a opinião pública o processo sobre a apreensão de bens dos súditos do Eixo” (DN, 16/9/1947, p. 1). O tema foi explorado no enfrentamento político entre os envolvidos, de um e de outro lado; os acusados davam entrevistas defendendo-se, e classificando as acusações como atos de vingança; os acusadores, por sua vez, eram publicamente desagradados por seus correligionários. A polémica refletia as lutas políticas daquele momento. A população de origem alemã (e italiana) que tomou conhecimento dessa agitação, provavelmente, também a acompanhou com interesse, e muitos, certamente, se sentiram vingados com o acuo sofrido por seus algozes de poucos anos antes. A leitura das manifestações da maioria dos acusados – e dos próprios acusadores – publicadas na imprensa mostra que os argumentos eram mais “técnicos”, no sentido de que se tentava apontar para o cometimento de um crime comum, ou de sua negação. Poucos enveredaram por argumentos como o do delegado Rui Casado, apelando para o “instante eletrizado de paixões e de fanatismo patriótico” que teria sido motivado pelas maldades que os “quinta-colunas” haviam cometido.

Mas essa preocupação não estava ausente em manifestações de outros atores envolvidos no caso, pois havia aqueles que, a rigor, enxergavam nessa campanha de 1947 contra agentes de Estado que haviam liderado a “nacionalização” uma continuação das maldades que, supostamente, haviam motivado a repressão durante a guerra. Um texto que denota, de forma clara, a sobrevivência dos antigos fantasmas foi publicado pelo *Diário de Notícias* em 16 de setembro de 1947 (p. 16 e 3). Foi escrito pelo conhecido jornalista Samuel Wainer, sob o título “Ameaçada a obra nacionalizadora de Cordeiro de Farias – pioneiros da campanha contra a quinta-coluna no nosso país julgados como criminosos vulgares”. Começou dizendo que o foco central da questão não foram eventuais deslizamentos (inevitáveis) de algum policial, mas tratar-se-ia de uma manobra “capaz de solapar gravemente a notável obra de nacionalização do colono germânico, realizada no sul pelo então coronel Cordeiro de

Farias”. A seguir, citou supostas conversas recentes com Cordeiro de Farias, o qual teria traçado um quadro sombrio do perigo que continuaria a ser representado pela população de origem alemã do Rio Grande do Sul para a nacionalidade brasileira. O ex-interventor teria afirmado que as esplêndidas qualidades dos colonos “que [após a ‘nacionalização’] já vinham quase que totalmente canalizadas num sentido nacional, estão ameaçadas de ser novamente orientadas para um fim antinacional, devido à imprevidência e ambição de alguns elementos políticos”.

Segundo informações que Wainer teria recebido de dois destacados agentes dessa “nacionalização”, durante o Estado Novo, Coelho de Souza e Teobaldo Neumann¹⁶, as eleições legislativas de 19 de janeiro de 1947 teriam se transformado numa desvairada caça ao voto dos “colonos”. Com esse objetivo, teriam sido jogadas ao lixo conquistas fundamentais da “nacionalização”, pois “contrariando leis expressas da constituição federal, e colocando em segundo plano a obra de nacionalização já realizada na zona colonial, obra essa de que os maiores beneficiados foram os próprios colonos, pela eliminação de um permanente fator de atritos entre os trabalhadores estrangeiros e os nacionais, foram distribuídos, profusamente, naquela zona, cartazes e folhetos de propaganda eleitoral escritos em alemão, oradores de partidos brasileiros se dirigiram aos eleitores numa língua estrangeira, nos púlpitos e nas escolas começou a se ouvir novamente sermões e lições num idioma estranho”. Isso teria atizado nos colonos o sentimento de revanche.

Citou dois casos que refletiriam essa realidade. Um grupo representativo teria ido ao delegado Teobaldo Neumann para exigir dele a devolução dos arquivos e das fichas referentes aos nazistas combatidos durante a guerra. Como ele não tivesse atendido ao pedido, poucas semanas depois, teria sido transferido (e agora se veria formalmente acusado, no processo em pauta). Outro caso seria o do delegado Júlio de Souza Moraes, de Estrela. Este “viu-se forçado a pleitear sua transferência para longe da zona colonial, pois em Estrela, onde durante quase dez anos exercera com energia e patriotismo sua função nacionalizadora, sua vida se tornara impossível”. Referiu, ainda, pressões sobre professoras que haviam participado da “nacionalização”, prevendo que o clima deveria piorar na campanha para as eleições municipais, que estavam marcadas para 15 de novembro. Mesmo que Wainer não fosse um jornalista gaúcho, seu texto refletia o clima daqui, pois as fontes que ele indicou eram personalidades locais.

¹⁶ O primeiro como secretário de educação, o outro como delegado de polícia, durante o período da guerra.

Depois de cerca de 20 dias de intensa repercussão na opinião pública – a julgar pelas informações dadas pela imprensa –, o *Diário de Notícias* de 1º de outubro de 1947 (p. 12) mancheteou, mais uma vez na contracapa, que “Desembargador João Soares julga incompetente Tribunal de Justiça para, em instância única, tomar conhecimento do processo sobre bens dos súditos do Eixo”. O desembargador-relator não entrou no mérito da acusação, restringindo-se à análise da competência formal. O jornal apresentou as “considerações, com o intuito de interpretar popularmente o seu exato sentido, já que, pela repercussão, transcende ela o âmbito propriamente judiciário, para interessar à grande massa de leitores”. Isso mostra a expectativa que o caso despertara na opinião pública. O jornal afirmou que a rejeição não significava, necessariamente, seu arquivamento, pois caberia “agravo para o Tribunal Pleno”, por parte do procurador-geral. Segundo o desembargador, os fatos apontados na acusação aconteceram no contexto da execução de medidas relacionadas ao estado de beligerância que o país vivia, naquele momento, e, por essa razão, não se enquadrariam na categoria de crimes comuns, mas sim na de crimes militares e contra a segurança do Estado, em decorrência dos termos do decreto-lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942. Os crimes enquadrados nessa legislação teriam ficado afetos à justiça militar e ao extinto Tribunal de Segurança Nacional. Mas após a extinção deste último, no governo interino de José Linhares, após a queda de Vargas, em outubro de 1945, os crimes cujo julgamento haviam sido de sua competência passaram à justiça comum, “salvo aqueles que, por definição ou equiparação legal, atentarem contra a personalidade internacional, a estrutura e a segurança do Estado, e contra a ordem social”, os quais deveriam ser encaminhados à justiça militar ordinária. Seria o caso em pauta. Se o próprio tribunal pleno viesse a confirmar esse posicionamento, o processo poderia ser remetido à auditoria de guerra da 3ª Região Militar, a qual decidiria sobre a retomada da denúncia, ou não. Mas o tribunal pleno também poderia arquivar o processo, com que ele estaria definitivamente encerrado.

O procurador-geral, João Bonumá, considerou que, mesmo tendo ocorrido durante o período de exceção, os crimes atribuídos aos acusados “constituem delitos comuns, sujeitos à jurisdição ordinária”. Por isso, resolveu recorrer ao pleno do tribunal, afirmando que, mesmo derrotado, ainda caberá “recurso extraordinário para o Supremo Tribunal” (DN, 2/10/1947, p. 14). Na demanda ao pleno, o procurador-geral, além de considerações processuais, destacou que o desembargador João Soares não apreciara o mérito do conteúdo do processo, e não aceitara a

denúncia “unicamente porque lhe pareceu não ser o tribunal de justiça do estado competente para o processo de julgamento”. Ele insistiu, por isso, que “crimes da magnitude dos que a denúncia relata não podem ficar impunes por não haver no país juízes competentes para seu processo e julgamento. Se a lei os capitula como infrações penais, alguém há de ter competência para julgá-los”. A partir dessa convicção, apresentou um longo arrazoado, no qual tentou mostrar que competia, sim, ao tribunal julgar os acusados (DN, 5/10/1947, p. 18 e 5). As pendengas formais continuaram. Entrementes, reassumira o desembargador Loureiro Lima, que fora designado relator inicial, tendo João Soares exercido essa função como seu substituto, mas o primeiro declarou-se impedido pela sua amizade com o acusado Oscar Daudt Filho, motivo pelo qual teve de ser feita nova distribuição para relatar o recurso, a qual recaiu mais uma vez no segundo (DN, 7/10/1947, p. 20).

Em 13 de outubro, o tribunal pleno se reuniu para dar seu veredito sobre a denúncia. Dois desembargadores se declararam impedidos – impedimentos reconhecidos pelos demais: Homero Batista, por ter sido, de alguma forma, o desencadeador do processo investigativo, durante o governo interino, que seguiu à derrubada de Vargas, no final de 1945; e Loureiro Lima, por sua alegada amizade com o acusado Oscar Daudt Filho. Não há espaço para detalhar o conteúdo dos votos dos demais 10 desembargadores (um décimo primeiro deixou de votar). O resultado, porém, foi de sete votos a três contra as pretensões punitivas do procurador-geral. O único aspecto que merece referência, por refletir, ao menos de forma indireta, uma opinião sobre os “súditos do Eixo”, é que, enquanto as manifestações dos demais magistrados se concentraram em detalhes formais, o último a falar – Nésio Almeida – teria feito referências “sobre a inoportunidade do momento para agitar-se processo de tal natureza, ‘quando não estamos ainda em paz, e já estamos à beira de uma nova guerra’. Expandiu-se em considerações patrióticas, para afirmar que tudo quanto a polícia fez, àquela época, o fez com a tácita aprovação da consciência nacional, mobilizada para a guerra”.

Como resultado do julgamento, ficou, “definitivamente, encerrado, no próprio nascedouro, o ciclo judiciário do rumoroso processo, passando seus 11 alentados volumes, com 12 quilos de peso e 35 centímetros de altura, a integrar, placidamente, uma das prateleiras do venerando arquivo do Tribunal de Justiça do Estado” (DN, 14/10/1947, p. 3). Os efeitos do processo, porém, não cessaram neste ponto. Dentre os acusados, Aurélio da Silva Py passou a fazer graves denúncias contra o governo estadual e o principal partido que o sustentava, o PSD (DN, 15/10/1947, p. 14 e

8; CP, 15/10/1947, p. 3 e 4), denúncias que, por sua vez, foram respondidas com veemência (DN, 16/10/1947, p. 12; 19/10/1949, p. 2; CP, 16/10/1947, p. 5). Além dessa disputa política – possivelmente para evitar que em algum momento do futuro as provas referentes às acusações contidas no processo pudessem ser retomadas –, sucederam-se incêndios em locais nos quais havia documentação referente ao tratamento dado por autoridades gaúchas a “súditos do Eixo”. Assim, alguns meses depois, o Palácio da Polícia e próprio Tribunal de Justiça, onde estava depositado o processo, foram consumidos pelo fogo. Incêndios em outros locais que guardavam documentos a esse respeito seguiram. Com isso, qualquer possibilidade de responsabilizar quem quer que fosse por, eventualmente, ter cometido atos ilegais contra alemães, italianos, japoneses e seus descendentes foi definitivamente enterrada.¹⁷

A RECONSTRUÇÃO DO MONUMENTO

Por falta de espaço, não é possível fazer referência às discussões a respeito da guerra e de seus efeitos sobre os “súditos do Eixo” ocorridas na Assembleia Legislativa eleita em janeiro de 1947. Mas elas foram frequentes na primeira legislatura.¹⁸ No dia 25 de julho daquele ano, ocorreu uma sessão comemorativa do “Dia do Colono”, cuja data derivava da chegada dos primeiros imigrantes alemães a São Leopoldo, em 1824, data que adquirira status de feriado estadual em 1934. Nela, o deputado udenista Bruno Born, representante do vale do rio Taquari, uma típica região de colonização alemã, discursou afirmando que “é um dia de entusiasmo e de orgulho, de alegria e de saudade, de esperança e de fé para uma incomensurável parcela da população sulina, quando não para todo o povo do Rio Grande”.¹⁹ Admitiu a presença de militantes nazistas no estado, antes e durante a guerra, mas fez

¹⁷ Aqui não há como referir e detalhar uma ação desencadeada a partir de 1950 – com desfecho condenatório em 1953 – contra o inspetor Ernani Baumann, um dos acusados no processo de 1947. Mas essa ação decorreu de atos praticados posteriormente à guerra, ainda que relacionados aos “bens dos súditos do Eixo”.

¹⁸ Isso inclui a discussão em torno dos bens confiscados, mesmo após o arquivamento do processo pelo Tribunal de Justiça. Cf. SOARES Jr., Alcides Flores. *Liberção imediata dos bens dos súditos do Eixo*. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado, 1948. A brochura reproduz discurso (e debate) do deputado Alcides Flores Soares Jr., em sessão de 18 de maio de 1948.

¹⁹ BORN, Bruno. *Discurso do deputado Bruno Born*. São Leopoldo: Oficinas Gráficas Rotermond & Co., 1948, p. 1-2. Sobre as tentativas de retomada das festividades em torno do “25 de Julho”, nos primeiros anos depois da guerra, cf. WEBER, Roswithia. *As comemorações da imigração alemã no Rio Grande do Sul: o “25 de Julho” em São Leopoldo, 1924-1949*. Novo Hamburgo: Editora FEEVALE, 2004, p. 125-140.

uma defesa incisiva da massa da população de origem alemã, denunciando as suspeitas que recaíram sobre o conjunto da população de origem alemã, no estado.²⁰

Em 26 de junho de 1950, Bruno Born abordou mais uma vez um tema ligado aos interesses dessa mesma população – se no item anterior se fizeram referências à recuperação de bens materiais, neste discurso, falou da necessidade de recuperar um bem simbólico ligado aos citados cidadãos brasileiros.²¹ Começou dizendo que naquele momento estava em franco debate a edificação de um monumento na entrada da cidade de Caxias do Sul, em comemoração dos 75 anos da imigração italiana, mas que sobre as populações de origem alemã os efeitos da guerra perduravam, pois “decorridos já cinco anos do término da última guerra mundial, (...) de quando em vez ainda explodem manifestações de ódio mal contido contra uma população pacata, ordeira e produtora, unicamente interessada no trabalho produtivo e nobilitante no amanhã da terra” (p. 1). Afirmações como essa, e outras semelhantes, por parte do orador, acirraram os ânimos, de forma que os registros taquigráficos do parlamento gaúcho mostram a profunda divisão que, cinco anos após o fim da guerra, ainda imperava entre os representantes da sociedade, quando se tocava nos fatos ocorridos naquele tempo.

Na verdade, o tema do discurso era a situação do monumento ao imigrante, em São Leopoldo. Sua edificação resultara do contexto dos festejos do centenário da imigração alemã, promovidos em 1924, mas tinha sido arrasado durante uma manifestação, em 18 de agosto de 1942. Segundo o deputado Born, já em meados de 1947, a bancada do PSD dirigira um pedido ao Poder Executivo estadual “solicitando fosse restaurado, dentro do menor prazo possível... [Mas] lá já vão três anos, e nenhuma providência ainda foi tomada” (p. 13-14).²² Por isso, ele encaminhava, agora, à mesa do legislativo, um novo requerimento para que fosse formalizado mais um pedido ao executivo.

O episódio mostra que os problemas para desmontar o clima decorrente da guerra eram muito grandes, que esse processo era penoso, enfrentando muitas resistências. Apesar de que o

²⁰ “O comportamento social dos núcleos de procedência teuta tem sido, nos últimos tempos, objeto de exame e de crítica por parte de homens públicos (...), certo é que os vemos confessar que nenhuma injúria traumatiza mais violentamente a alma do teuto-brasileiro (...) do que o revoltante qualificativo de ‘estrangeiro’” (p. 6).

²¹ BORN, Bruno. *Em torno do monumento ao imigrante alemão*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1950. Cf. também WEBER, Roswithia. *Mosaico identitário: história, identidade e turismo nos municípios da Rota Romântica – RS*. Porto Alegre: UFRGS, 2006 (tese de doutorado em História), p. 69-71.

²² Os termos do requerimento podem ser vistos em MÜLLER, Telmo Lauro. *Monumentos em São Leopoldo*. São Leopoldo: Rotermund, 1979, p. 13.

governador Walter Jobim havia comparecido pessoalmente às comemorações dos 125 anos da imigração alemã que se realizaram em 25 de julho de 1949, junto ao monumento depredado, os fatos mostram que a luta para a reconstrução desse símbolo foi extremamente penosa e se arrastou por muito tempo.²³

Mesmo que a Câmara de Vereadores de São Leopoldo tivesse dado um passo em direção à reconciliação, renomeando a praça em que o monumento se localiza para “Praça Centenário” – nome que tinha sido alterado para “Praça Tiradentes”, durante a guerra –, o prefeito Mário Sperb afirmou que a restauração não competiria exclusivamente ao município – os governos estadual e federal deveriam contribuir (BP, 8/12/1950, p. 6). Durante os primeiros meses de 1951, diversos deputados se pronunciaram a favor da liberação dos Cr\$ 65.000,00 que haviam sido solicitados para a obra, entre eles Guido Mondin, Adail de Moraes, Helmuth Closs (BP, 13/4/1951, p. 6; 4/5/1951, p. 10; 11/5/1951, p. 10). Dessa pressão resultou a reposição da figura do colono, no monumento – originalmente em cimento, agora em bronze (BP, 25/5/1951, p. 10).

No contexto dos festejos do Dia do Colono, até a imprensa não diretamente ligada à “colônia alemã” teria criticado a morosidade na restauração – o *Correio do Povo* o teria feito em editorial do dia 25 de julho (BP, 3/8/1951, p. 6).²⁴ Nas eleições municipais de 1º de novembro do mesmo ano, Germano Hauschild foi eleito prefeito de São Leopoldo. De imediato, teria tomado medidas para iniciar o conserto dos estragos ainda remanescentes no monumento, mas “infelizmente não conseguiu decidir-se” pela recolocação das inscrições em alemão (BP, 181/1952, p. 6). Essa situação levou até um brasileiro de sobrenome não alemão a manifestar-se pela reposição – em 11 de janeiro de 1952 *O 5 de abril*, de Novo Hamburgo, publicara um pedido nesse sentido assinado por Henrique Córdova (BP, 1º/2/1952, p. 6).²⁵

²³ *Brasil-Post*, São Paulo, 16 de fevereiro de 1951, p. 6. Como a fonte das informações que seguem é o mesmo jornal *Brasil-Post*, as indicações passarão a ser feitas no próprio texto, através da sigla “BP”, acompanha da data e da página.

²⁴ O clima dentro do qual tudo isso transcorreu é ilustrado pelo fato de que na sessão solene referente ao Dia do Colono, na Assembleia Legislativa do Estado, o deputado Cândido Norberto pediu a palavra para homenagear os caboclos de sua terra natal, Bagé, e manifestar a expectativa de que, em breve, eles viessem a ser contemplados com lotes de terra, como o foram os “colonos”. Enquanto isso, os “colonos” trocavam gentilezas entre si – o prefeito Luciano Corsetti, de Caxias do Sul, assinou decreto dando o nome de “25 de Julho” a uma escola do interior de seu município, num gesto de boa vontade para com os gaúchos de origem alemã (*Brasil-Post*, 24 de agosto de 1951, p. 6).

²⁵ Nesse mesmo contexto, se noticiou que o vice-prefeito de Novo Hamburgo, Alzir Schmiedel, fora condenado a três meses de prisão e à perda de seus direitos políticos

Não é possível acompanhar aqui essa pendenga, nos meses seguintes – incluindo reclamações de que, além da ausência das inscrições no monumento, o município de São Leopoldo ainda não transformara o 25 de julho em feriado municipal (BP, 20/9/1952, p. 20). Em 1953, a organização que se apresentava como representativa dos interesses da população de origem alemã, a “Federação dos Centros Culturais 25 de Julho”, promoveu forte campanha para incentivar os festejos dessa data em todo o estado. Nesse contexto, finalmente, foi recolocada a inscrição “*Den Vätern zum Gedächtnis*” – “À memória dos antepassados” –, no monumento de São Leopoldo. Mas a demora e as peripécias que esse processo enfrentou dão uma impressão dos profundos conflitos que a guerra gerara no interior da sociedade sul-rio-grandense.

*

É óbvio que esse clima não se dissipou em 1953. A classificação “alemão-batata”, que continuou sendo amplamente empregada em relação às populações de origem alemã durante as décadas de 1950 e 1960, aparentemente só caiu em desuso na década de 1970, quando o governo estadual promoveu, em 1974 e 1975, o “biênio da imigração e colonização”, que tinha como objetivo declarado comemorar, respectivamente, os 150 anos da imigração alemã e os 100 anos da imigração italiana.²⁶ Claro, mesmo assim o processo não se encerrou – ainda hoje está muito difundida, entre uma parcela não desprezível da população gaúcha e brasileira, a convicção de que atos contemporâneos classificados como “neonazistas” obviamente derivam das maldades inatas à referida população, manifestadas de forma expressa lá nos anos 1930/1940.²⁷

por três anos, por ter distribuído um panfleto em alemão, durante a campanha eleitoral de 1951 (*Brasil-Post*, São Paulo, 8 de fevereiro de 1952, p. 6).

²⁶ ROEHE, Nara Simone Viegas Rocha. *O sesquicentenário da imigração alemã no Rio Grande do Sul em 1974 como corolário das relações econômicas Brasil Alemanha*. Porto Alegre: PUCRS, 2005 (dissertação de mestrado em História).

²⁷ A esse respeito, cf. GERTZ, René E. *O neonazismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS/AGE, 2012.